



**A experiência da hibridização de teoria e prática da Agroecologia nas
escolas do campo da região sudoeste do Paraná**

Celso Eduardo Pereira Ramos¹

Joel Donazzolo²

Serinei Cesar Grigolo³

¹ Professor da UTFPR/Campus Dois Vizinhos. E-mail: celedura@utfpr.edu.br

² Professor da UTFPR/Campus Dois Vizinhos. E-mail: joel@utfpr.edu.br

³ Professor da UTFPR/Campus Dois Vizinhos.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo formar jovens agricultores à docência, bem como instigar educadores da rede estadual e municipal a reavaliar suas práticas pedagógicas nas escolas do campo. O trabalho desenvolveu-se através de um conjunto de atividades realizadas nas escolas do campo da região sudoeste do Paraná, em especial no Colégio Estadual São Francisco do Bandeira, nos anos de 2012 e 2013. O mesmo foi executado por um grupo de jovens agricultores(as) licenciandos(as) do curso de licenciatura em Educação do Campo. Nele, buscou-se planejar e realizar atividades que pudessem contribuir para o desenvolvimento rural sustentável das comunidades do campo. Para isso, fomentaram-se os conceitos e princípios da Agroecologia no desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas baseadas na hibridização de teoria e prática. Dessa forma, as discussões interdisciplinares no âmbito pedagógico foram pautadas pelas dimensões sociais, ambientais e econômicas, culturais, políticas e éticas, bem como o desenvolvimento de atividades demonstrativas que possibilitaram a visualização concreta de tecnologias agroecológicas.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural sustentável; Agroecologia; Educação do Campo; Hibridização de teoria e prática.

Introdução

O legado histórico em termos de modo de produção da vida no Brasil, advindo do período colonial (1500–1800), republicano (1800–1900) e democrático (1980 até o presente), deixou raízes profundas em um complexo econômico que traz em si marcas de relações feudais e escravocratas, sustentadas por uma estrutura fundiária concentradora de terra e renda, espoliadora do meio ambiente e que coloca em risco a



possibilidade de um desenvolvimento sustentável.

Na época do milagre econômico nas décadas de 1960 e 1970, no meio rural, a educação juntamente com extensão, crédito, pesquisa foram instrumentos estratégicos para a descaracterização sociocultural e a perda dos espaços ocupados pelos camponeses.

De acordo com Moreira (2000) e Assis (2003), a insustentabilidade econômica, ambiental e social do atual modelo de produção para os agricultores familiares, preconizada pela Revolução Verde, baseou-se principalmente na implantação do agronegócio e na utilização dos insumos industriais (insumos de síntese e agrotóxicos). Esta vem sendo expressa por meio da degradação dos recursos naturais renováveis, contaminação ambiental, disparidade e exclusão sociais, elevação dos custos de produção e dependência de insumos industriais.

Assim, nessa lógica, a educação foi uma das formas utilizadas historicamente, pelas populações do campo, para migrar para as cidades. Aqueles jovens com capacidade para progredir nos estudos — sobretudo as mulheres, que têm um nível de escolaridade mais elevado que os homens — deslocaram-se com mais rapidez para as cidades.

Historicamente, a educação é concebida como um dos poucos veículos — talvez o único — para a mobilidade social e geográfica, para a mudança de atividade econômica (da agricultura aos serviços, ou a um ofício, por exemplo) e para o melhoramento das condições de vida familiar. Deste ponto de vista, incorporar um dos filhos a um programa formal de educação constitui uma inversão para o camponês, com resultados bastante calculáveis em médio prazo (FERNANDEZ, 1981, p. 227).

A educação não tem o poder de mudar as estruturas agrárias. O que ela consegue fazer, nesse caso específico, é desadaptar os agricultores tradicionais, desenraizam-no, sem lhe assegurar uma colocação no setor dito moderno da agricultura. Na verdade, a educação, ao desagregar as populações rurais, transforma-se na ponta de lança da invasão capitalista do campo (CALAZANS *et al.*, 1981, p. 164).

Preconizando o desenvolvimento urbano em detrimento do campo, o modelo de ensino, pesquisa e extensão brasileiro planejado para o campo fundamentou-se num modelo mecânico-químico, o qual favoreceu a expropriação da mão de obra, em prol da expansão dos latifúndios e a invasão dos grandes grupos capitalistas.

O processo de exclusão dos povos do campo pode ser observado a partir de uma educação orientada para os interesses dos grupos capitalistas: as populações do campo



enfrentaram dificuldades em relação aos poucos recursos investidos no sistema educacional e à geração de renda. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2004, cerca de 30,8 milhões de cidadãos brasileiros viviam no campo em franca desvantagem social. O desamparo e a vulnerabilidade da população do campo se refletem nos altos índices de analfabetismo e no baixo desempenho escolar. Da população rural adulta (de 15 anos ou mais), 25,8% é analfabeta, enquanto na zona urbana essa taxa é de 8,7%. No que diz respeito ao Ensino Médio, entre os jovens de 15 a 17 anos, quando considerada a taxa de frequência líquida, o quadro é muito crítico na área rural: pouco mais de um quinto dos jovens nessa faixa etária (22,1%) estão frequentando esse nível de ensino, contra 49,4% na zona urbana.

Por outro viés, contrapondo-se à lógica do modelo de modernização agrícola — insustentável, nas suas múltiplas dimensões, aos agricultores familiares —, a concepção de um novo paradigma para o campo é fundamental para o desenvolvimento rural sustentável. No entanto, para isso é necessário um processo de conscientização da população em geral e principalmente dos jovens, futuros camponeses.

Nessa perspectiva, as escolas que possuem cursos de formação para os agricultores familiares, como é o caso das escolas do campo, das Casas Familiares Rurais (CFRs) e escolas agrotécnicas, têm como desafio a reestruturação e a reelaboração de um modelo educacional que leve em consideração a dinâmica e a situação encontrada atualmente no campo. Caso contrário, a sustentabilidade será mais uma panaceia nas palavras de ordem do mundo globalizado.

A partir deste contexto, os movimentos sociais, ligados aos camponeses, reivindicaram o estabelecimento de um processo educacional que respeite os valores culturais, éticos, políticos, ambientais, econômicos e sociais das populações do campo, valores estes, segundo Caporal e Costabeber (2004) que contribuem efetivamente para o desenvolvimento rural sustentável de seus territórios.

Nesse sentido, Freire (1977) destaca a importância da formação de cidadãos independentes, capazes de compreender e refletir sobre sua realidade e que, a partir desse processo cognitivo, tenham clareza para estabelecer as bases de um novo paradigma de desenvolvimento, calcado em bases igualitárias e participativas, numa perspectiva holística de sociedade.

Baseado nessa concepção, os movimentos sociais, juntamente com instituições públicas, vêm propondo o estabelecimento de um processo de formação de professores



para as escolas do campo, com conteúdos relevantes para atender às necessidades das populações do campo.

Nessa ótica, a criação dos cursos de licenciatura em Educação do Campo, fundamentados em princípios e conceitos da Agroecologia, com um processo de hibridização entre teoria e prática, fornece instrumentos importantes para a formação de jovens professores em exercício profissional nas escolas no campo e/ou participantes de processos de formação das populações do campo.

Diante disso, a proposta do projeto do Programa de Iniciação à Docência (Pibid) Diversidade encaminhada pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Campus Dois Vizinhos aponta uma dinâmica e procedimentos metodológicos visando contemplar os princípios do desenvolvimento rural sustentável e da Agroecologia na formação de futuros docentes nas escolas do campo, bem como interagir com os professores da rede de ensino estadual e municipal nas escolas do campo da região sudoeste do Paraná, nos municípios de Manfrinópolis, Marmeleiro, Pérola D'Oeste, São Jorge e Candói. Tais atividades foram pautadas nos seguintes aspectos:

a) Contextualização da realidade do campo: o estabelecimento de conteúdos básicos visa a reflexão crítica sobre o modo de produção, suas relações sociais e culturais, de produção e reprodução da vida; a educação enquanto uma prática social; a escola; a formação; e a profissionalização no campo da educação.

b) Flexibilização curricular: as atividades acadêmicas devem ser planejadas e executadas, levando-se em conta a dinâmica das atividades laborais exercidas no campo. Para isso, os tempos e espaços deverão considerar a realidade das comunidades do campo.

c) Pedagogia da Alternância: o Tempo-Escola e Tempo-Comunidade são fundamentais para estabelecer um vínculo entre escola e comunidade, ao mesmo tempo que articula um diálogo entre os saberes científicos e os saberes populares.

Desenvolvimento

O plano de trabalho baseou-se nas experiências de criação de cursos de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agroecologia no sudoeste do Paraná; nas publicações da educação do campo realizadas pela Articulação Paranaense de Educação do Campo e Articulação Sudoeste de Educação do Campo; no projeto *Vida na Roça*, que auxilia a construção de uma escola do campo (*Educação de Nível Médio:*



Teorias e Práticas Integrando o Currículo do Curso do Colégio São Francisco do Bandeira – Dois Vizinhos/PR) articulado com a UTFPR e a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assessoar).

A educação do campo e o ensino da Agroecologia mostram a necessidade de partir de aspectos da realidade local — respeito ao conhecimento local. A proposta deste projeto foi problematizar os conteúdos das disciplinas estabelecidas nas Diretrizes da Educação do Campo, enfatizando as experiências cotidianas dos educandos da escola.

Este trabalho contribuiu para repensar a prática pedagógica das escolas do campo, sem deixar de repensar a relação campo x cidade, oportunizando aos educandos do campo e da cidade uma reflexão que perceba esse espaço “em relação”, e não como mundos à parte, na perspectiva de superar o discurso dicotômico entre rural e urbano, campo e cidade.

Os trabalhos dos bolsistas que se desenvolveram nas escolas do campo, com sujeitos do campo, motivaram mulheres/homens, jovens e crianças a serem reconhecidos como sujeitos que pensam, elaboram, constroem sua vida no contexto onde estão. É uma política que passa a ser gerada “no espaço do campo”, com os sujeitos que ali vivem e trabalham, com suas organizações e seus movimentos sociais. No trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação (SEED) e Núcleos Regionais de Educação (NRE), Coordenação da Educação do Campo/SEED, escolas e professores da Rede Estadual, percebe-se esse “movimento” de avanço no sentido de dar significado ao conteúdo do campo, de articular as várias disciplinas, de promover momentos em que as famílias e as entidades vão à escola e discutam temáticas como a terra, o solo, o trabalho, a renda, os insumos químicos, as culturas (o fumo, o milho, a abóbora), o lixo e os resíduos, a saúde das pessoas, as expressões culturais, os movimentos sociais e suas contradições. Esses temas e práticas trabalhados trazem a possibilidade de problematizar o campo, ausente dos currículos até então (SEED – PR, 2009).

As atividades desenvolvidas colocaram os futuros e os atuais professores das licenciaturas, participantes do projeto, em contato direto e contínuo com o ambiente escolar, desde o início de sua formação acadêmica. Nesse contexto, esperava-se que os mesmos pudessem vivenciar experiências que auxiliassem o entendimento do funcionamento e da realidade escolar, da realidade do entorno escolar e na escolha das metodologias a serem utilizadas em sala de aula e no relacionamento professor-aluno-comunidade.



Pretendia-se, assim, que este projeto pudesse auxiliar na melhoria da formação dos licenciados e conseqüentemente na melhoria da qualidade da Educação Básica, em especial, do Ensino Médio.

Para que os objetivos propostos fossem alcançados, o plano de trabalho foi idealizado para um período de 2 anos, contando com a participação de 30 bolsistas de iniciação à docência, estudantes de graduação da licenciatura em Educação do Campo da UTFPR/Campus Dois Vizinhos.

As atividades idealizadas no projeto foram pautadas na ciência agroecológica e foram descritas através das seguintes ações:

Ação 1: *Cuidando da terra e da natureza na produção de alimentos.* Foram realizadas atividades de: a) resgate de sementes crioulas; b) hortas escolares e quintais orgânicos; c) o cultivo e o uso de plantas medicinais; d) saúde preventiva; e) água e sua preservação.

O resgate de sementes é uma atividade que tenta traduzir a preocupação vivenciada não só pelos professores, mas também pelos educandos e pela comunidade no que diz respeito às questões que envolvem o meio ambiente e, dentre elas, os impactos ambientais. Além disso, construir conhecimentos e alternativas como práticas de compostagem e de preservação. Entendemos que são como sementes que, uma vez plantadas na escola, podem ser também semeadas na comunidade.

Esses espaços, quando olhados com atenção, podem fazer a diferença na relação ensino-aprendizagem e entre educandos-professores-comunidade-escola/colégio.

Na tentativa de recuperar um pouco dos conhecimentos acerca das plantas medicinais, podem-se realizar trabalhos interdisciplinares envolvendo as disciplinas de Língua Portuguesa, Ciências, Matemática e Geografia; organizando momentos de leitura e de pesquisas de campo, discussões a respeito das variedades de ervas, da seleção e da escolha das plantas; desenvolvendo atividades em sistemas de medidas, formas geométricas, tipos de solo, características climáticas, entre outras. Em Ciências, a produção de um catálogo de plantas; em Matemática, a construção da planta de uma horta; e, em Língua Portuguesa e Geografia, a construção de um dicionário das plantas medicinais com informações sobre seu uso, localidade de origem, condições ambientais necessárias para o desenvolvimento da planta.

Além dessas possibilidades, outras experiências podem tratar de temas como: mata ciliar; produção de mudas de plantas nativas para revitalização das matas; construção de uma proteção para fonte de água; cisterna de coleta da água da chuva;



valorização e preservação ambiental; falta de água; água e biodiversidade; impactos ambientais causados por práticas agrícolas equivocadas; abastecimento de água; rede de esgoto; falta de água decorrente do desmatamento da mata ciliar dentro do perímetro urbano; as diversas formas de poluição e contaminação da água. Estas experiências vêm acompanhadas por diferentes e criativas atividades que possibilitam aos educandos uma visão mais crítica e a mudança de hábitos sobre “saúde” e a sensibilização das pessoas no tocante a esses temas. Nesse sentido, é necessário

(...) refletir sobre “segurança alimentar”, sobre “alimento” e necessário e urgente é o resgate do que há muito vem se perdendo: os valores culturais e alimentares historicamente construídos pelos povos; a autonomia dos mesmos em relação à produção de alimentos com qualidade nutricional e para o autoconsumo; as sementes crioulas e a autonomia de produzi-las; as nascentes das águas e suas respectivas proteções, bem como o respeito quanto à utilização dos recursos naturais (Assessorar, 2007: 136).

Este trabalho traz uma diferença nas aulas ministradas, pois muda a metodologia, ou seja, tem outro ponto de partida, provém de algo que já é conhecido, de uma realidade do meio social do educando, o que amplia a compreensão e, principalmente, aproxima professor e educando, escola e comunidade, saberes locais e conhecimento científico.

Ação 2: *Mostrando a cara da comunidade – cultura e identidades.* Serão realizadas as seguintes atividades: a) festas: entre histórias, crenças e tradições populares; b) o conhecimento na memória e no cotidiano da comunidade; c) valorizando a cultura e a identidade dos sujeitos do campo; d) ultrapassando os limites atuais do tempo e do espaço escolar.

Primeiramente, apresentam-se as experiências que buscaram retomar os sentidos e os valores das festas típicas do campo, suas peculiaridades e significados, questionando suas atuais formas de organização e realização no espaço escolar, objetivando gerar novas práticas.

Na atividade sobre conhecimento na memória, os trabalhos desenvolvidos se mostraram preocupados em resgatar práticas, valores, crenças, histórias, causos, lendas, entre outras características do passado que deixaram de existir e que estão guardadas na memória dos moradores mais antigos da comunidade ou que resistem na atualidade como atividade costumeira e identitária.

Na terceira atividade “Valorizando a Cultura e a Identidade dos Sujeitos do Campo”, as experiências pedagógicas desenvolvidas no ambiente escolar utilizam



livros, filmes, textos, poesias, lendas, charges, entre outros materiais pedagógicos. São pontos de partida dos trabalhos para debater as manifestações culturais dos sujeitos do campo em sala de aula, buscando sempre valorizá-las na abordagem e no fortalecimento dos conteúdos.

Na quarta atividade “Ultrapassando os limites atuais do tempo e do espaço escolar”, reuniram-se experiências que resultaram das visitas de campo e que podem auxiliar os professores no seu trabalho pedagógico, relacionando teoria e prática, visualizando novas perspectivas e metodologias que rompem com o tempo e o espaço escolar.

O tema comum abordado nesta ação é: *Cultura e Identidade dos Povos do Campo*. As experiências mostram de diversas maneiras as possibilidades de fazer com que as singularidades culturais não se percam e, ao contrário, estejam presentes no cotidiano escolar. Portanto, esses são os elementos que orientam a fundamentação do conjunto de atividades.

A educação do campo reconhece que

“há uma produção cultural no campo que deve se fazer presente na escola. Os conhecimentos destes povos precisam ser levados em consideração, constituindo ponto de partida das práticas pedagógicas na escola do campo” (SEED, 2006: 27)

Isso porque a “não inserção desses conteúdos nas práticas pedagógicas provocou, ao longo da História, a negação da cultura dos povos do campo nas escolas. Quando esta é apresentada, na maioria das vezes, aparece de forma estereotipada e preconceituosa” (SEED, 2006: 27).

Ação 3: *Novas relações de trabalho e organização social*. Poderão ser realizadas atividades como: a) vida no campo; b) êxodo e suas consequências no campo; e c) reforma agrária.

Na primeira atividade, reflete-se sobre as diferentes formas de vida no campo, suas relações, identidades, culturas, as tradições familiares, as relações com a natureza, com o trabalho no campo. Destaca-se como historicamente as relações de trabalho que se configuraram no Brasil, desde o período da escravidão até o implemento da modernização conservadora na agricultura, o que gerou profundos impactos e interferência na relação entre campo e cidade, utilizando-se de metodologias diversificadas, tais como: teatro, pesquisas, entrevistas, visitas a feiras e a propriedades de agricultores familiares.



A segunda atividade retrata os conflitos, as dificuldades que os sujeitos enfrentam para permanecer no campo e também os problemas existentes para aqueles que vão em busca de uma vida melhor nas cidades. Problemática por que as pessoas deixam a terra, o que leva a essa situação e o que poderia ser diferente. Os temas podem ser trabalhados com os educandos a partir de músicas, charges, filmes, feiras do conhecimento, entre outras formas metodológicas que permitam desenvolver os conteúdos.

A terceira atividade refere-se às experiências realizadas pela luta da terra, apresentando os inúmeros conflitos enfrentados pelos sujeitos do campo, trazendo o latifúndio como um dos problemas da concentração de renda. A questão agrária é um fato histórico no Brasil, e não se pode falar de campo sem falar da problemática da reforma agrária. Nesse tema, realizaram-se dinâmicas com: produção de textos, filmes, charges, pesquisa, entrevistas, visitas a acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e túnel do tempo.

Essas atividades buscam situar historicamente as temáticas, aproximando alguns componentes que refletem e fundamentam as mesmas. Considerando que essas temáticas passam pela concentração de renda e pela luta dos movimentos sociais, percebe-se que, principalmente a partir do século XIX, a chamada modernização conservadora alterou significativamente o contexto do campo intervindo nas relações sociais, culturais, econômicas e de produção.

Com isso, recupera-se a importância do Tempo Planejamento a ser feito coletivamente com os sujeitos envolvidos e principalmente de permitir que as diversas áreas do conhecimento passem a visualizar que, em que seus conteúdos, podem ajudar a interpretar a realidade pesquisada ou, ainda, ampliar o conhecimento sobre as questões presentes nela.

Ação 4: *Os caminhos da sustentabilidade com novas práticas na agricultura familiar/camponesa.* As atividades que compõem esta ação são: a) biodiversidade, agricultura orgânica e agroecológica; b) agricultura familiar/camponesa; c) desenvolvimento sustentável; e d) meio ambiente.

A priori, os trabalhos que tratam da biodiversidade encontrada no campo, como estímulo para manter viva a produção de sementes crioulas em relação aos transgênicos, trazem aspectos como diversidade biológica; agricultura e produção orgânica; reserva florestal e agroecologia; mata ciliar, que serviram de ponto de partida para o trabalho.



A atividade de agricultura familiar/camponesa retrata um pouco da angústia, dos sonhos, das dificuldades e das possibilidades do pequeno agricultor. Dentre os assuntos possíveis de experiência, citamos alguns: lavoura orgânica; sustentabilidade da agricultura familiar/camponesa; alternância de culturas; fatores climáticos; reflorestamento e criação de animais.

A atividade de desenvolvimento sustentável desenvolve experiências que partem da realidade socioeconômica e cultural de seus educandos, municípios e regiões. Assim, trazem para a sala de aula assuntos como: desenvolvimento rural sustentável; culturas agrícolas; reciclagem; saúde e nutrição; alimentos orgânicos; desmatamento; e preservação e recuperação do solo.

Em se tratando do meio ambiente, tema que não pode deixar de ser problematizado em sala de aula ou em qualquer outro local, no caso em questão, ressalta-se a atenção que o sujeito do campo lhe confere, uma vez que é nele e dele que sobrevive. Entre os assuntos abordados, estão: expansão do agronegócio; embalagens de agrotóxicos; conservação dos rios/mananciais; e formas alternativas de energia.

Conclusão

Considerando cada uma dessas atividades e suas especificidades, entende-se que todas se centram na questão da sustentabilidade. Assim, esse é o elemento central que norteia a fundamentação das mesmas.

A partir da efetivação das ações previstas no projeto, observou-se uma mudança de comportamento dos atuais e futuros educadores das escolas do campo. Além disso, foram trazidos para a comunidade acadêmica o debate e a reflexão de temas relacionados ao campo, alertando-a sobre a problemática das investidas das empresas Monsanto e Syngenta, por exemplo, na realização de atividades didático-pedagógicas.

Referências bibliográficas

ASSESSOAR. Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, **Cadernos Pedagógicos**. Francisco Beltrão/PR: Assessorar, 2007.

ASSIS, R. L. de. Globalização, desenvolvimento sustentável e ação local: O caso da agricultura orgânica. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 79-96, jan./abr. 2003.

CALAZANS, M. J. C.; CASTRO. L. F. M. de.; SILVA. H. R. S. Questões e



contradições da Educação Rural no Brasil. In: WERTHEIN, J. e BORDENAVE (Org.). **Educação rural no terceiro mundo: experiências e novas alternativas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 161-192.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24 p.

FERNANDEZ, H. A educação de adultos e os modelos alternativos de organização da produção no meio rural. In: WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J. D. (Org.). **Educação rural no terceiro mundo: experiências e novas alternativas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 225-247.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação.** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 93 p.

MOREIRA, R. J. **Críticas ambientalistas à Revolução Verde.** Texto apresentado no X World Congress of Rural Sociology (IRSA) e no XXXVII Brazilian Congress of Rural Economic and Sociology (SOBER), workshop n. 38. Greening of agriculture. Rio de Janeiro. 2000.

Secretaria de Estado da Educação. **II Caderno Temático da Educação do Campo.** Curitiba: SEED – Pr., 2009. - 193 p. – (II Caderno Temático da Educação do Campo).

Secretaria de Estado da Educação/SEED. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo.** Curitiba, 2006.